

MÓDULO 3: INVESTIGAÇÃO

Introdução

A produção científica no campo das deficiências intelectuais é vasta, embora seja principalmente enquadrada por perspectivas médicas e de reabilitação. A investigação sobre o ensino superior e a deficiência intelectual está a aumentar, dada a proliferação de propostas inclusivas no âmbito do ensino superior. Este módulo inclui o capítulo 7 sobre a produção científica sobre deficiência e universidades, as abordagens teóricas, os centros e grupos e outros recursos de investigação sobre deficiência relacionados com a investigação nas ciências sociais.

Em segundo lugar, o capítulo 8 centra-se nas formas de divulgação da investigação científica sobre deficiência no contexto das universidades, com destaque para as revistas científicas e as boas práticas.

Por fim, o capítulo 9 aborda a conceptualização da transferência da investigação e as modalidades mais comuns no domínio da deficiência intelectual em relação às universidades.

Capítulo 7. Produção

A produção científica no domínio da deficiência intelectual é vasta, embora enquadrada principalmente por perspectivas médicas e de reabilitação. A investigação sobre o ensino superior e as deficiências intelectuais passou por uma mudança, deixando de considerar as pessoas com deficiência intelectual como sujeitos passivos para as incluir como parte do próprio processo de investigação, como estudantes universitários ou mesmo como co-investigadores. A seguir, abordam-se abordagens teóricas, serviços e boas práticas através da literatura científica sobre o tema.

Abordagens teóricas

Existem várias abordagens teóricas a partir das quais se pode investigar e interagir com pessoas com deficiência. A seguir, examinaremos a abordagem dos direitos, a abordagem das capacidades, a abordagem centrada na pessoa e a abordagem do Design Universal para a Aprendizagem.

A abordagem baseada nos direitos parte da premissa de que as pessoas com deficiência são indivíduos com dignidade intrínseca, cujos direitos devem ser reconhecidos em pé de igualdade com o resto da população. Isto concretiza-se através do apoio à sua autonomia e capacidade de decisão para escolher e exercer a autodeterminação, sendo protagonistas das suas próprias vidas (Jiménez Lara, 2021).

A abordagem das capacidades entende a vida como uma combinação de vários «fazer e ser», em que a qualidade de vida deve ser avaliada em termos da capacidade de realizar funções de valor (Toboso e Arnau, 2008).

Por outro lado, a abordagem centrada na pessoa constrói projetos personalizados tendo em conta a opinião da própria pessoa com deficiência intelectual, criando assim um apoio personalizado que aproxima a pessoa da conceção e da aproximação ao seu estilo de vida desejado (Palliserá, 2013).

O Universal Design for Learning (UDL) promove processos pedagógicos acessíveis a todos os alunos através de um currículo flexível que se adapta às necessidades e aos diferentes ritmos de aprendizagem (Figuerola, Ospina e Tuberquia, 2019).



SERVIÇOS - GRUPOS DE INVESTIGAÇÃO: o que e quem estuda?

É necessário continuar a promover a investigação no âmbito universitário sobre a realidade das pessoas com deficiência intelectual e sobre as diversas condições que podem vivenciar, tais como questões relacionadas com a sexualidade, a família, a perceção de si e outras. Isso significaria diversificar a investigação e, considerando a falta de investigação universitária sobre pessoas com deficiência, deveriam ser promovidos estudos específicos e transversais sobre estes grupos.

Assim, a co-investigação pode ser um caminho a seguir para ter em conta as vozes das pessoas com deficiência intelectual, que são especialistas por experiência própria. Já existem experiências de pessoas com deficiência intelectual que participaram em atividades de consultoria, colaboração e gestão da investigação em grupos de investigação, que avaliam positivamente a participação das pessoas com deficiência intelectual no processo de investigação.

Em Espanha, no domínio dos estudos sobre deficiência, o Instituto Universitário de Integração na Comunidade (INICO) da Universidade de Salamanca, na área da psicologia, promoveu ou colaborou em numerosos projetos competitivos nos últimos dez anos. As suas principais linhas de investigação são: ambiente, participação e qualidade de vida; autismo e deficiências graves; qualidade de vida; inclusão escolar; inclusão laboral, emprego assistido e políticas sociais; saúde, saúde mental e deficiência e transição para a idade adulta, emprego e qualidade de vida. Além disso, faz parte da Rede Ibero-Mediterrânica de Investigação sobre a Qualidade de Vida e das Redes Internacionais de Investigação e Desenvolvimento.

Também em Espanha, encontramos a investigação conduzida pelos grupos de investigação da Universidade Autónoma de Madrid, provenientes de diferentes ramos do conhecimento, nos quais os grupos que estudam questões educativas (Grupo de Atención à Diversidade, Grupo Atención a la diversidad;), questões psico-educativas (Grupo de Alterações no Desenvolvimento dos Processos Psicológicos e sua Influência na Aprendizagem e na Educação), tecnológicas (Grupo de Ferramentas Interativas Avançadas ou Grupo Digital System Lab), bem como médicas (Grupo de Epidemiologia Cardiovascular e Nutrição ou Grupo de Neurovirologia), entre outras.

Esta presença e interesse das universidades espanholas na produção científica relacionada com a deficiência mostra, tomando como exemplo o INICO, que possui o primeiro programa de doutoramento sobre pessoas com deficiência, os progressos e as perspetivas da investigação sobre a deficiência, o que levou a um aumento do número de teses de doutoramento sobre a deficiência nos últimos anos. No caso do INICO, desde 1994 até hoje, 119 teses foram orientadas pelos seus membros, com um aumento do número de teses na última década.

Em Portugal, existe o iACT (Inclusion & Accessibility in aCTion) que, a partir das Ciências da Comunicação em aliança com outros ramos do conhecimento, em particular as Ciências Sociais, desenvolve uma investigação transdisciplinar e integrada. As suas linhas de trabalho são: avaliação, orientação e intervenção psicopedagógica; educação inclusiva; comunicação inclusiva; conceção de espaços e equipamentos inclusivos; desenvolvimento de produtos inclusivos; identidade; saúde e bem-estar; comunicação, colaboração e gestão do conhecimento; arte e cultura. Tem também parceiros nacionais e internacionais, com uma geminação especial com a Espanha.

A Universidade de Lisboa dispõe de um Observatório sobre a deficiência e os direitos humanos (ODDH) (Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos), criado no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas. Este observatório é especializado no acompanhamento da implementação das políticas sobre a deficiência em Portugal e nos países de língua portuguesa. As suas linhas de investigação e ação centram-se na: informação, formação e investigação.

Em Itália, o Observatório Nacional sobre as Condições das Pessoas com Deficiência (Observatorio nacional de las condiciones de las personas con discapacidad) apresenta as ações e os resultados de vários grupos de trabalho:



1. Definição da condição de deficiência
2. Harmonização, reordenação e simplificação das condições legislativas no domínio da deficiência
3. Direito à vida adulta
4. Luta contra a segregação
5. Saúde e direito à vida, capacitação e reabilitação
6. Políticas sociais
7. Educação
8. Trabalho e emprego
9. Mulheres com deficiência
10. Acessibilidade
11. Liberdade, direitos civis e participação
12. Monitorização
13. Cooperação internacional

Em Itália, existe também o grupo de trabalho SIPED (Estudos e Investigação sobre Deficiência e Inclusão), da Sociedade Italiana de Pedagogia. Os objetivos gerais do grupo são a definição, a promoção e a divulgação de estudos e investigações sobre deficiência e inclusão numa perspetiva interdisciplinar e internacional.

Na Irlanda, por fim, o Trinity Center for People with Intellectual Disabilities baseia-se na premissa da investigação inclusiva, que entende que a investigação deve basear-se em problemas reais, deve favorecer os interesses das pessoas com deficiência intelectual, deve ser colaborativa, as pessoas com deficiência intelectual devem ter algum controlo sobre o processo e os resultados, e os relatórios devem ser acessíveis a elas. Assim, o TCPID tem três linhas de ação: a investigação com pessoas com deficiência intelectual; a investigação com as famílias; a investigação com os serviços e os profissionais. No seio do Centro existe uma área específica para a promoção e o acompanhamento de teses de doutoramento.

A tipologia e as disciplinas dos grupos de investigação sobre deficiência são diversas e promovem a colaboração entre diferentes disciplinas e locais, bem como as diversas redes nacionais e internacionais acima mencionadas. Assim, através da multidisciplinaridade e da procura de resultados multiplicadores para as pessoas com deficiência, concretiza-se finalmente uma investigação inclusiva.

Boas práticas por país

A literatura científica sobre o ensino superior e as pessoas com deficiência intelectual apresenta modelos, experiências, boas práticas e avaliações de programas específicos, como o Promentor em Madrid, pioneiro em Espanha (Izuzquiza Gasset, 2012). Os resultados destes estudos, no caso irlandês, e extrapoláveis para experiências semelhantes, mostram que as experiências de aprendizagem dos estudantes com deficiência intelectual são tão complexas e multifacetadas como as de qualquer outro estudante universitário (Kubiak, 2015). Centrando-se na Síndrome de Asperger, compara-se a experiência dos estudantes com deficiência intelectual na universidade entre o Reino Unido e a Espanha (Casament et al., 2017). Analisa-se também a aprendizagem destes estudantes universitários



em ambientes virtuais (Mampaso Desbrow, et al., 2020; García- Rodríguez et al., 2020). Seguindo a experiência irlandesa, no Trinity Centre for People with Intellectual Disabilities (TCPID) de Dublin, há uma investigação que mostra o empoderamento dos estudantes na sua transição por um programa de licenciatura de dois anos em Artes, Ciências e Práticas Inclusivas Aplicadas (ASIAP), com os estudantes a quererem dar um passo além e serem co-investigadores (Kubiak et al., 2021).

Recursos online

Conceber a investigação inclusiva com pessoas com deficiência intelectual

<https://doi.org/10.1111/jar.12083>

Este artigo fornece uma conceptualização da investigação inclusiva através de uma revisão da literatura. Isto pode servir como quadro de referência para a co-investigação, além de nos permitir abordar os possíveis problemas a ela associados.

Bibliografia da produção científica na investigação universitária inclusiva

https://docs.google.com/document/d/1jOj9yeJ_shkRQHnIbNM1xvr4ehUE6az6/edit?usp=share_link&oid=114141862036513600730&rtpof=true&sd=true

Neste link é possível aceder à bibliografia utilizada para escrever este capítulo.

Documentos para download

[Centro de Investigação sobre Deficiência, Universidade La Trobe, Melbourne, Austrália](#)

Este artigo ilustra como é possível transferir e aplicar os conhecimentos adquiridos na conceção de percursos formativos destinados a supervisores e responsáveis pelos serviços de assistência a pessoas com deficiência intelectual (Centro de Investigação sobre Deficiência, Universidade La Trobe, Melbourne, Austrália).

[Ensino superior para pessoas com deficiência intelectual. Avaliação de uma experiência formativa em Espanha](#)

Este artigo ilustra como os conhecimentos adquiridos são aplicados a um programa híbrido destinado à inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas universidades

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas

Temas de aprendizagem

Estudantes	Docentes	Pessoal administrativo
<p>Conhecer e reconhecer as diferentes formas de abordar as pessoas com deficiência (abordagens teóricas).</p> <p>Conhecer fontes fiáveis em diferentes países onde é possível consultar estudos sobre pessoas com deficiência.</p> <p>Conhecer o papel que as pessoas com deficiência podem desempenhar na</p>	<p>Distinguir entre as diferentes abordagens teóricas a partir das quais se podem investigar as questões relacionadas com a deficiência.</p> <p>Conhecer quais e como os grupos de investigação estão a trabalhar sobre os temas da deficiência intelectual.</p> <p>Para delinear algumas boas práticas</p>	<p>Conhecer algumas perspetivas a partir das quais se posicionar e investigar questões relacionadas com a deficiência</p> <p>Conhecer as fontes fiáveis em diferentes países onde é possível consultar as investigações sobre pessoas com deficiência;</p> <p>Reconhecer o papel de destaque das</p>



<i>investigação (co-investigadores).</i>	<i>a nível internacional</i>	<i>pessoas com deficiência na investigação sobre a deficiência.</i>
<p><i>Para reforçar os conhecimentos adquiridos neste capítulo, propomos as seguintes atividades práticas:</i></p> <p>Atividade 1: Revisão da literatura <i>Realize uma revisão simples da literatura (pelo menos 15 artigos científicos) nas bases de dados das ciências sociais sobre universidades e deficiência no último ano e enumere os temas abordados. Com esta atividade, poderá verificar as prioridades científicas sobre este tema.</i></p> <p>Atividade 2: <i>Leia o seguinte resumo e elabore um resumo ao qual deverá acrescentar a sua opinião num máximo de 300 palavras.</i> <u>McDonald, K. E., e Kidney, C. A. (2012). O que é certo? A ética na investigação sobre deficiências intelectuais. Journal of Policy and Practice in Intellectual Disabilities, 9(1), 27-39. (versão em inglês).</u></p>		

Capítulo 8. Transmissão

INTRODUÇÃO

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Nações Unidas, 2006) estabelece que as pessoas com deficiência são titulares de direitos e que as autoridades públicas são obrigadas a garantir o exercício pleno e efetivo desses direitos. Guiada pelos princípios da participação e inclusão, da não discriminação e da igualdade de oportunidades, a Convenção estabelece claramente os direitos à inclusão escolar e laboral, à vida independente e à participação na comunidade, entre outros. No entanto, embora nas últimas décadas se tenham registado progressos notáveis na inclusão social das pessoas com deficiência intelectual nos países ocidentais, as investigações demonstram que, na prática, estas pessoas enfrentam muitas dificuldades para exercer plenamente os seus direitos (Fullana et al., 2016)

A perspetiva inclusiva na investigação está ligada à implementação progressiva do modelo social na análise da deficiência (Nind, 2011). Este modelo surgiu na Europa na década de 1980 e desenvolveu-se na década de 1990 como uma abordagem oposta ao modelo individual ou médico que tinha sido predominante até então. Passa-se assim de uma perspetiva que vê as pessoas com deficiência como incapazes de tomar decisões, necessitadas de proteção e de pessoas que falem em seu nome, para uma nova forma de entender a deficiência. A nova perspetiva vê as pessoas com deficiência como capazes de serem autossuficientes, de falar por si mesmas e pelos seus próprios interesses, de tomar decisões e de ter voz por si mesmas (William e Shoultz, 1982).

Nos últimos 20 anos, a importância da investigação inclusiva no campo dos estudos sobre deficiência cresceu, sobretudo no âmbito anglo-saxónico, como resultado do desenvolvimento do modelo social da deficiência e do movimento «Nada sobre nós sem nós», que orienta os movimentos de auto-defesa pelos direitos das pessoas com deficiência (Strnadová e Cumming, 2014). Hoje em dia, existe um consenso notável de que a investigação inclusiva deve incluir os seguintes princípios (Walmsley e Johnson, 2003).

- - O problema ou o tema da investigação deve pertencer às pessoas com deficiência intelectual, mesmo que não sejam elas as iniciadoras do processo.
- - O problema ou o tema da investigação deve pertencer às pessoas com deficiência intelectual.
- Deve ser do interesse das pessoas com deficiência intelectual e os investigadores sem deficiência devem apoiar as pessoas com deficiência.
 - - Deve ser colaborativo: as pessoas com deficiência intelectual devem estar envolvidas no processo com a ajuda de pessoas sem deficiência.
 - - As pessoas com deficiência devem poder exercer algum controlo sobre o processo de investigação e os resultados.
 - - A questão de investigação, o processo e os relatórios devem ser acessíveis às pessoas com deficiência.

A fim de identificar os instrumentos de divulgação científica sobre a vida autónoma das pessoas com deficiência intelectual, é apresentada a seguir uma panorâmica dos tipos de produtos utilizados para a divulgação, tais como



revistas científicas, arquivos e bases de dados, bem como algumas das revistas internacionais mais prestigiadas. Salienta-se ainda a importância da acessibilidade cognitiva para alcançar o público-alvo, em consonância com o paradigma dos direitos abordado neste capítulo.

PRODUÇÕES CIENTÍFICAS RELATIVAS À VIDA AUTÓNOMA DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

A produção científica sobre a vida independente das pessoas com deficiência intelectual no ambiente universitário centra-se no acesso e na vida universitária dessas pessoas nas instituições de ensino superior, colocando ênfase nos serviços e nas necessidades de adaptação dos serviços pedagógicos e de apoio das instituições. No entanto, o estudo da vida independente do pessoal docente ou de investigação é muito escasso.

As publicações científicas relativas às deficiências intelectuais e à investigação concentram-se principalmente nas pessoas com TEA. Por conseguinte, o trabalho de Hees et al. (2015) constitui uma revisão interessante que reúne as recomendações relativas às áreas mais estudadas na literatura académica, tais como: personalização, ambiente seguro, planeamento, comunicação, adaptações académicas, coaching educativo, vida quotidiana no ambiente universitário, apoio psicossocial, atividades de lazer e descanso.

- - Van Hees, V., Moyson, T., & Roeyers, H. (2015). Experiências de ensino superior de estudantes com perturbação do espectro autista: Desafios, benefícios e necessidades de apoio. *Journal of Autism and Developmental Disorders*, 45(6), 1673-1688. <https://doi.org/10.1007/s10803-014-2324-2>

A seguinte publicação de Gobec et al (2022) é uma das poucas referências bibliográficas que levanta uma questão para o futuro: uma vez que os estudantes com deficiência intelectual concluem o programa universitário, que possibilidades lhes estão abertas? O estudo apresenta alternativas para o emprego, mas também para um ensino superior mais completo, no qual a investigação desempenha um papel fundamental.

- - Gobec, C., Rillotta, F., & Raghavendra, P. (2022). Para onde ir depois? Experiências de adultos com deficiência intelectual após concluírem um programa universitário. *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 35(5), 1140-1152. <https://doi.org/10.1111/jar.13000>

Alqazan et al. (2019) realizaram uma revisão sistemática de artigos científicos sobre programas de ensino superior para pessoas com deficiência intelectual, do ponto de vista de todas as partes interessadas. Cada grupo identificou várias barreiras ao acesso ao ensino superior, em particular as barreiras físicas e académicas para os estudantes com deficiência, a compreensão do sistema de ensino superior por parte dos seus pais e a falta de formação do pessoal do ensino superior.

- Alqazan, S., Alallawi, B., & Totsika, V. (2019). O ensino pós-secundário para jovens com deficiência intelectual: Uma revisão sistemática das experiências das partes interessadas. *Educational Research Review*, 28, 100295. <https://doi.org/10.1016/j.edurev.2019.100295>

•

PRODUTOS GERAIS DE DIVULGAÇÃO (PUBLICAÇÕES DE DIVULGAÇÃO SOBRE A VIDA INDEPENDENTE)

Existem vários arquivos e bases de dados especializados na literatura científica relativa à deficiência intelectual e à vida independente. Estes recursos são muito úteis, na medida em que permitem centralizar a pesquisa de informações académicas, facilitando o acesso aos estudos mais recentes e relevantes e evitando a dispersão da literatura sobre este tema em diversas fontes e recursos não especializados, facilitando assim o trabalho dos investigadores. Além disso, trata-se geralmente de recursos online com critérios avançados de acessibilidade à web, de modo a facilitar a pesquisa bibliográfica por parte de pessoas com deficiência intelectual.

Repositórios e bases de dados

- - Riberdis, o Repositório Ibero-americano sobre Deficiência,

Este repositório reúne e divulga a produção científica em formato digital e de acesso aberto produzida na área ibero-americana em relação a temas ligados à deficiência. Os conteúdos do arquivo estão agrupados em comunidades temáticas e subcomunidades geográficas. Estas subcomunidades, por sua vez, classificam os recursos em diferentes coleções de acordo com a sua tipologia: artigos de revistas, relatórios, teses de doutoramento, capítulos de livros, documentos e comunicações, etc.

O Riberdis é membro do movimento internacional Open Access Initiative, o que significa que todos os documentos incluídos no repositório são de acesso livre. O repositório utiliza ainda o protocolo de interoperabilidade Open Archives Initiative (OAI), que permite aumentar a visibilidade dos documentos, disponibilizando-os em conjunto com



outros repositórios internacionais.

- Biblioteca de Estudos sobre Deficiência. Universidade de Manitoba (Canadá)

Este recurso online fornece uma visão geral completa dos diversos recursos para aceder a estudos e publicações científicas em todo o mundo. Distingue entre as principais bases de dados multidisciplinares, os motores de busca de teses e dissertações, a literatura cinzenta, as principais organizações internacionais sobre vida independente e deficiências intelectuais, os ebooks de acesso aberto, as revistas e newsletters, as redes científicas e outros sites com documentação de interesse neste campo.

<https://libguides.lib.umanitoba.ca/c.php?g=548974&p=3869628>

Revistas de elevado impacto científico internacional

Existem revistas especializadas em deficiência intelectual que publicam várias edições por ano com artigos científicos especializados. Segue-se uma amostra das revistas com maior impacto científico neste campo, todas indexadas nas principais bases de dados académicas, como a Web of Science ou a Scopus. Uma parte significativa dos artigos nelas contidos tem acesso pago ou só pode ser consultada gratuitamente por instituições académicas ou científicas; no entanto, incluem também muitos artigos de acesso aberto:

- - O Journal of Intellectual Disabilities é uma revista sujeita a revisão por pares que proporciona um meio para a troca de boas práticas, conhecimentos e investigação entre disciplinas académicas e profissionais das áreas da educação, social e da saúde, com o objetivo de promover os serviços para pessoas com deficiência intelectual e de aprendizagem.

<https://journals.sagepub.com/home/JLD>

- - O Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities (JARID) é uma revista internacional, sujeita a revisão por pares, que reúne os resultados de investigações aplicadas originais sobre deficiências intelectuais. A revista é um fórum importante para a divulgação de ideias destinadas a promover estilos de vida valorizados para pessoas com deficiência intelectual. Apresenta investigações realizadas no Reino Unido e no estrangeiro por autores de todas as disciplinas profissionais relevantes. Dirige-se a um público internacional e multidisciplinar. A JARID publica seis números por ano. Os temas abordados incluem a vida em comunidade, a qualidade de vida, comportamentos difíceis, comunicação, sexualidade, medicação, envelhecimento, inserção profissional assistida, questões familiares, saúde mental, saúde física, autismo, questões económicas, redes sociais, stress do pessoal, formação do pessoal, epidemiologia e prestação de serviços.

<https://onlinelibrary.wiley.com/journal/14683148>

- A Global Journal of Intellectual & Developmental Disabilities (GJIDD) é uma revista internacional e multidisciplinar na área das deficiências intelectuais e do desenvolvimento. A GJIDD é uma revista científica com revisão por pares e acesso livre, que se propõe a publicar uma fonte completa e fiável de informações sobre a origem, a prevenção e o tratamento das deficiências intelectuais. A GJIDD dedica-se a satisfazer as necessidades de informação daqueles que procuram formas eficazes de ajudar pessoas com deficiência intelectual. A revista aborda novas abordagens, desenvolvimentos de programas, ferramentas administrativas, estudos sobre a utilização de serviços, avaliação de programas, inquéritos comunitários, formação e estudos de caso, questões de política pública e investigações atuais sobre deficiências intelectuais. A GJIDD é uma plataforma de referência e de recursos indispensável para universidades de nível de doutoramento e mestrado, hospitais universitários, organizações de investigação, bibliotecas científicas e de serviços sociais e agências locais, estaduais e federais interessadas em compreender a origem, a prevenção e o tratamento da deficiência intelectual.

<https://juniperpublishers.com/gjidd/>

- O Journal of Intellectual and Developmental Disability é a revista oficial da Sociedade Australiana de Deficiência Intelectual (ASID). O JIDD é uma revista internacional e multidisciplinar na área da deficiência intelectual e do desenvolvimento. A JIDD publica investigações originais e substanciais provenientes tanto de disciplinas académicas consolidadas como de disciplinas mais recentes (como a sociologia e a geografia) que abordam a situação e as preocupações das pessoas com deficiência intelectual, das famílias e do pessoal que as assiste. Aceita investigações sobre deficiências de desenvolvimento e neurodesenvolvimentais



comumente associadas apenas quando estas estão relacionadas com a deficiência intelectual. A JIDD aceita investigações qualitativas, quantitativas e com métodos mistos; revisões formais da literatura; estudos de caso bem estruturados e comentários teóricos. São também analisados livros altamente especializados que dificilmente são analisados noutras revistas sobre DI.

<https://www.tandfonline.com/action/journalInformation?show=aimsScope&journalCode=cjid20>

Revistas de acesso aberto

Para além destas revistas, podemos encontrar revistas de acesso aberto nas quais todos os artigos e publicações estão disponíveis online para qualquer utilizador. O Directory of Open Access Journal (DOAJ) facilita o acesso a estas revistas de acesso aberto; este diretório conta com um total de 30 revistas de acesso aberto sobre deficiência. Embora não se trate de revistas específicas sobre deficiências intelectuais, estas incluem numerosos artigos sobre investigação em deficiências intelectuais que podem ser consultados através dos motores de busca dos sites de cada uma destas revistas. Segue-se o link para as revistas DOAJ específicas sobre deficiência.

<https://doaj.org/search/journals?ref=homepage->

[box&source=%7B%22query%22%3A%7B%22query_string%22%3A%7B%22query%22%3A%22disability%22%2C%22default_operator%22%3A%22AND%22%7D%7D%2C%22track_total_hits%22%3Atrue%7D](https://doaj.org/search/journals?ref=homepage-box&source=%7B%22query%22%3A%7B%22query_string%22%3A%7B%22query%22%3A%22disability%22%2C%22default_operator%22%3A%22AND%22%7D%7D%2C%22track_total_hits%22%3Atrue%7D)

PROCESSO CIENTÍFICO SOBRE A ACESSIBILIDADE COGNITIVA

Com a chegada dos meios tecnológicos no século XXI, assistimos a uma transformação radical da divulgação científica. As bibliotecas digitais e as bases de dados online mudaram a forma como os investigadores produzem, acedem e publicam os resultados das suas investigações.

Os primeiros passos na digitalização da investigação foram promovidos e monopolizados pelas grandes editoras, que procuraram privatizar o acesso e a difusão da ciência. Gradualmente, porém, está a afirmar-se um modelo de acesso aberto, que permite divulgar os resultados da investigação mais facilmente e sem custos, com o objetivo de promover a sua difusão, conhecimento e transferência.

Apesar do acesso aberto imediato aos resultados da investigação, as pessoas com deficiência enfrentam barreiras únicas para aceder à informação. Os investigadores com deficiência muitas vezes não têm acesso equitativo à informação científica, incluindo dificuldades e barreiras no acesso a dados e às principais publicações científicas, que frequentemente não estão disponíveis em formatos acessíveis.

Mas a informação científica não se limita ao download de revistas e bases de dados. Aceder aos dados da investigação pode significar utilizar software online, sites ou mapas interativos e participar em webinars ou conferências. Quando os resultados científicos não são acessíveis, as pessoas com deficiência — investigadores, decisores políticos, defensores e outros — não conseguem aceder plenamente à informação, limitando o seu conhecimento da investigação, a sua participação e a sua inclusão.

Ao desenvolver planos para abrir o acesso aos resultados da investigação, a acessibilidade da informação e dos dados para pessoas com deficiência, e em particular com deficiência intelectual, deve ser uma componente central do acesso aberto e universal. A educação, a formação e, naturalmente, a investigação devem centrar-se nos princípios do design universal, proporcionar uma compreensão básica da acessibilidade à comunicação e à informação e rever as melhores práticas para apoiar a inclusão, tais como textos alternativos para conteúdos não textuais, como figuras e imagens, legendas para vídeos e resumos em linguagem simples.

A deficiência intelectual afeta a forma como as pessoas processam a informação. Por exemplo, pode afetar a perceção, a memória, a linguagem, a atenção, a resolução de problemas e a compreensão. As categorias e condições utilizadas neste domínio variam e incluem deficiências intelectuais, deficiências de desenvolvimento, perturbação de défice de atenção e hiperatividade (TDAH), autismo, demência, dislexia, etc.

De acordo com o W3C (consórcio internacional que elabora recomendações e normas que garantem o crescimento a longo prazo da World Wide Web e estabelecem critérios de acessibilidade da Web reconhecidos a nível internacional), a tecnologia oferece às pessoas oportunidades de interagir com os conteúdos e de processar a informação de formas que lhes facilitam a vida. Por exemplo, as pessoas podem

- navegar pelos conteúdos da Web utilizando uma variedade de estratégias
- aceder à informação em formato de texto, áudio ou outro
- alterar a apresentação dos conteúdos de acordo com as suas necessidades ou preferências individuais
- Otimizar a experiência do utilizador para pessoas com deficiências cognitivas e de aprendizagem.

Além disso, a dispersão das fontes de investigação sobre deficiência dificulta o acesso das pessoas com deficiência às



investigações publicadas em vários portais, cada um com critérios de acessibilidade e usabilidade diferentes, o que torna muito difícil para as pessoas com deficiência intelectual navegar pelos recursos científicos.

Referências bibliográficas

- Fullana, J., Palliser, M., Vilà, M., & Puyalto, C. (2016). As pessoas com deficiência intelectual como investigadoras. Debates, desafios e possibilidades da investigação inclusiva. *Empiria. Revista de metodologia das ciências sociais*, 33, Art. 33. <https://doi.org/10.5944/empiria.33.2016.15866>
- Nind, M. (2011). «Análise participativa de dados: um passo demasiado longe?», *Qualitative Research*, 11, 4: 349-363.
- Williams, P. & Shoultz, B. (1982). *We can speak for ourselves*. Human Horizon Series. Londres: Souvenir Press.
- Strnadová, I.; & Cumming, T. M. (2014). «Editorial. Pessoas com deficiência intelectual a realizar investigação: novas direções para a investigação inclusiva». *Journal of Applied Research in Intellectual Disabilities*, 27, 1-2
- Walmsley, J. & Johnson, K. (2003). *Investigação inclusiva com pessoas com dificuldades de aprendizagem: passado, presente e futuro*. Londres, Jessica Kingsley Publishers.

Recursos online

Centro Espanhol de Documentação e Investigação sobre Deficiência (CEDID) (Espanha)

<https://www.cedid.es/es/>

O Centro Espanhol de Documentação e Investigação sobre Deficiência (CEDID) é um centro de consultoria do Conselho Real para a Deficiência, ao qual presta assessoria técnica especializada para o desenvolvimento das suas atividades editoriais, de formação, de investigação, de planeamento e de divulgação, entre outras. Ao mesmo tempo, é um serviço aberto a entidades públicas e privadas, profissionais, investigadores, académicos, pessoas com deficiência e/ou a qualquer pessoa interessada em divulgar o conhecimento científico sobre a deficiência e em proporcionar acesso a informações especializadas e atualizadas sobre este tema.

Autoridade Nacional para a Deficiência (NDA) (Irlanda)

<https://nda.ie/publications-and-resources>

A Autoridade Nacional para a Deficiência (NDA) publica relatórios de investigação, documentos políticos, fichas informativas e boletins informativos sobre temas relacionados com a deficiência e produz outros recursos, tais como kits de ferramentas e um módulo de e-learning sobre a sensibilização para a deficiência.

O trabalho da NDA baseia-se numa série de fontes de dados, incluindo dados do recenseamento e outros inquéritos nacionais às famílias. As principais fontes estão ligadas à página web Fontes de dados sobre deficiência. São também recolhidos dados primários e, se for caso disso, disponibilizados aos investigadores. Ver as bases de dados da NDA.

Balcão InluiES (Portugal)

<https://www.dges.gov.pt/pt/inluies?plid=1752>

Inserido no Programa «Inclusão pelo Conhecimento», promovido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, o Balcão InluiES reúne conteúdos de apoio à deficiência, fruto de parcerias com várias entidades e associações

Centro de Documentação sobre Deficiência (CDD) (Itália)



<http://www.cpaonline.it/web/generale/index.php?id=31>

O Centro de Documentação sobre Deficiência (CDD) é um local onde um património de informações e conhecimentos atualizados é disponibilizado a todos os interessados nas temáticas da deficiência (organizações, associações, pessoas com deficiência, profissionais, investigadores, pais). O Centro reúne informações especializadas e material documental de natureza teórica e técnico-operacional, disponibilizando-o para consulta e empréstimo. Dispõe ainda de um catálogo online concebido para facilitar a consulta.

Inclusive Research Network (IRN) (Irlanda)

http://www.fedvol.ie/Inclusive_Research_Network_IRN/Default.241.html

A IRN é um grupo de pessoas com deficiência intelectual que se reúnem para investigar ideias e questões do seu interesse.

O seu objetivo é criar um espaço onde as pessoas com deficiência intelectual sejam apoiadas na realização das suas próprias investigações e na partilha de poder: as pessoas com deficiência fazem parte do processo de tomada de decisões em todas as fases do projeto; e construir uma comunidade de investigação na Irlanda.

Segue-se um link para as informações da IRN num formato de fácil leitura.

<http://www.fedvol.ie/fileupload/Inclusive%20Research%20Network/IRN%20Easy-to-Read%20Final%20%20Inclusive%20Research%20Network%20-%20%20A%20Participatory%20Action%20Research%20Project%20Report.pdf>

Trinity Centre for People with Intellectual Disabilities (TCPID) (Irlanda)

<https://www.tcd.ie/tcpid/research/>

O Trinity Centre for People with Intellectual Disabilities (TCPID) está sediado na Escola de Educação do Trinity College, em Dublin. O seu principal objetivo é promover a inclusão das pessoas com deficiência intelectual na educação e na sociedade.

A sua missão é permitir que as pessoas com deficiência intelectual realizem o seu potencial através de uma combinação de investigação de alta qualidade, divulgação de novos conhecimentos, aprendizagem ao longo da vida e formação profissional. O Centro oferece às pessoas com deficiência intelectual a oportunidade de participar num programa de ensino superior concebido para melhorar a sua capacidade de participar plenamente na sociedade como adultos independentes.

Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos (ODDH) (Portugal)

<http://oddh.iscsp.ulisboa.pt/index.php/en/2013-01-30-11-59-26/goals>

O objetivo do Observatório da Deficiência e dos Direitos Humanos (ODDH) é acompanhar o desenvolvimento das políticas em matéria de deficiência em Portugal e nos países de língua portuguesa e promover processos participativos para o acompanhamento e a promoção dos direitos das pessoas com deficiência. A sua atividade desenvolve-se em torno de quatro eixos de intervenção

Centro de Documentação sobre Deficiência (Cooperativa Social Accaparlante Onlus) (Itália)

<https://www.accaparlante.it/>



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084

A Associação Centro de Documentação sobre Deficiência, fundada em 1996, gere um centro de documentação (ativo desde 1982 por iniciativa da A.I.A.S. de Bolonha) sobre temas relacionados com a deficiência, o desfavorecimento social, o voluntariado e o terceiro setor.

Documentos para download

Deficiência intelectual no ensino superior: As necessidades de formação auto-percebidas pelos docentes universitários

Este documento tem como objetivo fornecer dados concretos sobre as necessidades de formação auto-percebidas pelos docentes universitários e, assim, lançar as bases para programas de formação universitária específicos para pessoas com deficiência intelectual.

<https://scindeks-clanci.ceon.rs/data/pdf/1452-7367/2021/1452-73672101001C.pdf>

Ensinar estudantes universitários com deficiência intelectual: Experiências do corpo docente com o ensino superior inclusivo

À medida que um número crescente de instituições institui programas de ensino superior inclusivo, é importante compreender as experiências dos docentes que acolhem estudantes com deficiência intelectual nos seus cursos. Este estudo qualitativo explorou as opiniões de 23 docentes universitários que tiveram uma experiência recente de ensino a estudantes com deficiência intelectual. As entrevistas do grupo de discussão abordaram os papéis dos professores em turmas inclusivas, as estratégias que consideraram úteis e os desafios que consideraram difíceis. O documento oferece ainda recomendações para apoiar os professores nesta nova tarefa e sugere áreas para investigação futura.

<https://journals.gmu.edu/index.php/jipe/article/view/2730/1734>

[*Guia das universidades europeias que trabalham pela inclusão \(inglês e espanhol\)*](#)

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas (*Estudantes*)

Objetivos de aprendizagem

-Aceder e praticar a pesquisa de conteúdos científicos

-Aprender a corroborar cientificamente os conceitos

Atividades práticas

Atividade 1: Entre os arquivos, bases de dados e revistas listados no conteúdo teórico, escolham um e procurem um artigo científico publicado após 2020.

Atividade 2: Defina o que é o conceito de «vida independente», baseando a sua resposta em, pelo menos, 3 artigos



Funded by
the European Union

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.

que tenha encontrado num dos arquivos, bases de dados ou revistas apresentados no conteúdo teórico.

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas (Docentes)

Objetivos de aprendizagem

- Identificar as necessidades de formação dos professores/investigadores para o ensino/investigação com pessoas com deficiência intelectual.
- Aprender a avaliar as barreiras e os obstáculos que as pessoas com deficiência intelectual enfrentam no acesso a publicações científicas.

Atividades práticas

- **Atividade 1:** Após a leitura do seguinte artigo científico «Deficiência intelectual no ensino superior: Necessidades de formação auto-percebidas pelos docentes universitários» <https://scindeks-clanci.ceon.rs/data/pdf/1452-7367/2021/1452-73672101001C.pdf>

Faça uma autoavaliação das suas próprias necessidades de formação para o ensino/investigação com pessoas com deficiência intelectual.

- **Atividade 2:** Aprender a avaliar as barreiras e os obstáculos que as pessoas com deficiência intelectual enfrentam no acesso a publicações científicas.

	Cumpe os critérios de um site acessível para pessoas com deficiência intelectual	Contém documentação em formato de fácil leitura	Possui uma secção específica ou um motor de busca para pesquisar documentação científica sobre deficiências intelectuais
Repositório, BDD ou revista 1			
Repositório, base de dados ou revista 2			
Repositório, base de dados ou revista 3			
(continuar a adicionar linhas para cada um)			

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas (Pessoal administrativo)

Objetivos de aprendizagem para os administradores:

Promover o interesse em incorporar a perspetiva da investigação inclusiva nas respetivas instituições de trabalho, através de inovações ou programas específicos para pessoas com deficiência intelectual nos serviços de investigação existentes.

Aprender a avaliar as barreiras e os obstáculos que as pessoas com deficiência intelectual enfrentam no acesso a publicações científicas.

Atividades práticas

Atividade 1: Analise os sites de boas práticas descritos nos conteúdos teóricos. Indique quais deles poderiam ser facilmente implementados na sua instituição e que alterações deveriam ser feitas para os adaptar às características e ao perfil da sua instituição. **Atividade 2:** Examine os arquivos, as bases de dados e as revistas descritas no conteúdo



teórico e preencha a tabela seguinte, respondendo Sim ou Não em cada caixa em branco.

Atividade 2: Aprender a avaliar as barreiras e os obstáculos que as pessoas com deficiência intelectual enfrentam no acesso a publicações científicas.

	Cumpe os critérios de um site acessível para pessoas com deficiência intelectual	Contém documentação em formato de fácil leitura	Existe uma secção específica ou um motor de busca para pesquisar documentação científica sobre deficiências intelectuais
Repositório, base de dados ou revista 1			
Repositório, base de dados ou revista 2			
Repositório, base de dados ou revista 3			
(continue a adicionar linhas para cada um)			

Capítulo 9. Transferência

Este capítulo apresenta a conceptualização da transferência de conhecimento nas universidades, passando depois para a transferência de conhecimento que promove a inclusão de pessoas com deficiência intelectual. Por fim, indica as prioridades identificadas e as boas práticas em termos de transferência de conhecimento para a inclusão deste grupo da população.

1. Como é transferido o conhecimento sobre a deficiência pelas universidades?

Nilsen e Anelli (2016) definem a transferência como conhecimento técnico, a deslocação do conhecimento de um contexto organizacional para outro. Deve ser sempre direcionada e planeada, e existem várias modalidades, tanto a nível formal como informal. Deve ainda notar-se que esta transferência de conhecimento pode ser vertical ou horizontal. Na investigação científica, a transferência de conhecimento é uma parte importante da missão da maioria dos grupos de investigação.

As possibilidades mais comuns são as seguintes:

O ensino é uma das metodologias clássicas de transferência de conhecimento. Neste caso, consiste numa transmissão vertical de conhecimento, que é fundamentalmente o que é exigido nos estudos universitários e nos diferentes ciclos de ensino. O ensino envolve uma transferência direta, oral ou escrita, para um público específico (os estudantes).

A transferência de conhecimento através de publicações é outra modalidade de transferência. Referimo-nos aqui a livros, manuais e também a artigos científicos em **publicações académicas**. Em geral, são as publicações académicas que geram o conhecimento a transferir na investigação e a sua qualidade está ligada à transferência desse conhecimento. A utilização das novas tecnologias da informação e da comunicação está a aumentar a difusão e a transferên-



cia de conhecimento. A expansão da Internet e de formatos como o YouTube ou os podcasts facilitaram o acesso à informação.

As redes de intercâmbio internas, formais ou informais, são uma das opções de transferência mais comuns entre o pessoal docente e de investigação das universidades. Estas podem ocorrer, por um lado, através da participação em congressos, conferências ou reuniões de redes oficiais e, por outro, através do intercâmbio informal de informações entre diferentes investigadores. Este é o caso paradigmático de transferência horizontal e podem ser celebrados contratos para garantir a propriedade. É de salientar que este é frequentemente um primeiro passo para colaborações entre pares.

O Livro Branco (2021) define a Cultura Científica e da Inovação (UCC+I) como um dos principais agentes na comunicação, difusão e divulgação da ciência, da tecnologia e da inovação em Espanha, e constitui um dos pilares em que assenta a educação científica da sociedade, necessária para estimular o espírito crítico e a tomada de decisões informadas por parte dos cidadãos, bem como o empenho face aos desafios que enfrentamos individualmente e enquanto comunidade.

Atores ligados à universidade e à deficiência defendem que a transferência de conhecimentos sobre a deficiência implicaria várias estratégias:

- **Ativar mecanismos de coordenação entre diferentes faculdades e grupos de investigação** das mesmas universidades para aumentar o intercâmbio de informações, gerar convergências e sinergias entre os projetos em desenvolvimento. Desta forma, os estudantes de cada faculdade poderiam conhecer as investigações de outros em outras disciplinas, tanto no ensino como na investigação.

Exemplo: projetos de inclusão educativa nas Ciências Sociais com projetos de atividade física e desporto adaptados nas Ciências do Desporto.

- **Cooperação entre estudantes, na investigação e no ensino, através de estágios.** A partilha de recursos, práticas, conhecimentos, competências e comunicação da investigação (transferência) entre disciplinas favorece a integração e a aprendizagem.

Exemplo: os estudantes de interpretação podem dar aulas em centros diferentes do seu para ajudar pessoas com deficiência auditiva

A maioria das ações do sistema universitário espanhol para aumentar a participação de pessoas com deficiência nas instituições universitárias tem tido como objetivo garantir a igualdade de acesso e a permanência dos estudantes universitários com deficiência. Por exemplo, em Espanha, quase vinte mil estudantes com algum tipo de deficiência estão matriculados num estabelecimento de ensino superior, embora isto represente apenas 1,5% do número total de estudantes matriculados, uma percentagem que se mantém estagnada desde 2006 (Fundación Universia, 2021; Márquez, 2022)

A legislação sobre deficiência define a transferência como «A utilização dos resultados da investigação para melhorar a qualidade de vida, entendida em sentido lato (economia, educação, ambiente, eficiência dos serviços públicos...)». Afirma-se, portanto, que «Serão promovidas as redes de conhecimento que favorecem a divulgação científica e o conhecimento em matéria de pessoas com deficiência». (Art. 61.º da Lei n.º 4/2017, de 25 de setembro, sobre os direitos e a assistência às pessoas com deficiência na Andaluzia).

Segundo o Centro Nacional para a Divulgação da Investigação sobre Deficiência (NIDRR), a transferência de conhecimento deve ser um processo multidimensional e ativo para garantir que, em última análise, o conhecimento obtido através da investigação melhore a vida das pessoas com deficiência e promova a sua inclusão e participação na socie-



dade (NIDRR, 2005).

As tendências analisadas apontam para uma mudança dos modelos de transferência da investigação sobre deficiência, passando de um modelo linear para um circular, tendo em conta, entre outros, as seguintes áreas:

Transferência da investigação sobre deficiência

Modelo linear clássico

Modelo alternativo ou circular

Paradigma de transferência de conhecimento

Paradigma do envolvimento do conhecimento

Modelo médico

Modelo social

Investigação científica sobre a comunidade

Todas as partes interessadas participam no processo de investigação

O grupo de investigação comunica os resultados

Todos os intervenientes envolvidos contribuem para os resultados

Os destinatários utilizam a investigação

Interpretação conjunta. Aplicação no contexto

Transferência unidirecional

Aprendizagem multidirecional

Objetivo: mais investigação

Objetivo: melhor qualidade de vida para as pessoas

Comunicação e divulgação

Transformação social



Focado no tema da investigação

Focado nas pessoas

Focado nos conteúdos

Focado no processo

Partilha de informações

Partilha de poder

Elaboração própria baseada em Bowen e Graham, 2013.

Todos os dias surgem cada vez mais exemplos de modelos circulares, porque o mundo académico está a compreender que a cocriação ou a co-concepção implicam o encontro de pessoas com conhecimentos, competências e interesses diferentes para criarem em conjunto e, mesmo que não sejam especialistas na área, são consideradas especialistas na sua própria experiência de vida. Esta ideia de competência desenvolvida no contexto da co-projeção por Sanders e Stappers (2008) assume um significado particular quando se trata de integrar pessoas com deficiência intelectual.

Podemos citar o exemplo de Exss et al. (2022), num sistema de apoio tecnológico para a acessibilidade cognitiva em ambiente urbano. Nesta experiência, as pessoas com deficiência intelectual podem contribuir para um processo de co-projeto de produtos que dizem respeito aos seus interesses e que têm requisitos de acessibilidade, na medida em que são consideradas especialistas no trânsito diário e convivem com as diversas dificuldades decorrentes da interação com os ambientes, compreendendo que é nesta relação que se manifestam os problemas de acessibilidade e, especificamente, de acessibilidade cognitiva.

Se queremos uma universidade inclusiva, temos de alargar a nossa visão e incorporar outras propostas para a transferência de conhecimento, onde as publicações são apenas mais um elemento, mesmo que todos saibam que a lógica da promoção universitária se baseia na competitividade na produção de documentos.

2. Com quem fazemos e a quem devemos transferir o conhecimento?

Estar na transferência circular implica reconhecer e tornar visível a grande disparidade na participação das pessoas com deficiência na investigação. Os principais resultados obtidos mostram que, embora alguns países disponham de uma ampla rede de recursos para apoiar ambientes universitários abertos e inclusivos, sem discriminação contra pessoas com deficiência, as universidades, enquanto ambientes de trabalho, mantêm as portas fechadas às pessoas com deficiência como profissionais do ensino e da investigação (Márquez, 2022). Se as pessoas com deficiência fossem docentes e investigadores, poderiam colocar a deficiência numa posição de maior interesse na transferência de conhecimento.

Conforme defendido pelo Livro Branco (2021), a divulgação científica caracteriza-se por ser uma disciplina multidisciplinar que inclui práticas de natureza muito diversa, que podem ser concretizadas através de diversos canais que envolvem muitos profissionais, não apenas pertencentes à ciência ou à educação, mas também ao jornalismo, à comunicação e à gestão cultural. Pode abranger uma ampla variedade de modelos de transferência que vão desde exposições, feiras, laboratórios, visitas guiadas, dias abertos, etc., contribuindo assim para aumentar a transferência de conhecimento, a curiosidade pela ciência e pela investigação e fornecendo uma base para compreender a inevitável



complexidade que a ciência pode implicar para uma parte do público (ou para o público em geral).

De um ponto de vista interseccional, para além da disparidade em termos de deficiência, observam-se disparidades de género. A sétima barreira identificada afeta particularmente as mulheres que desempenham funções de ensino e/ou investigação nas nossas universidades. Na investigação conduzida por Márquez (2022), nenhuma mulher com FD liderou um grupo de investigação ou ocupou um cargo de representação institucional. Apesar da sua preparação e dedicação profissional, estas profissionais nunca foram vistas como possíveis candidatas à liderança de espaços de decisão, investigação ou inovação na universidade. Da mesma forma, elas próprias descreveram a dificuldade de conciliar a carga de trabalho excessiva, comum no mundo académico, com as dificuldades geradas por sistemas e ambientes inadequados e pelas responsabilidades familiares.

Isto leva-nos a concluir que a sobreposição dos efeitos decorrentes da norma habilitante e da persistente ordem patriarcal no seio das universidades mantém o chamado duplo teto de vidro, que frustra as possibilidades de desenvolvimento profissional de docentes e investigadoras devido ao seu estatuto de mulheres com deficiência. Neste sentido, concordamos com Navarro e Ruiloba (2022) ao sublinhar que é urgente promover universidades mais responsáveis e igualitárias que apoiem a diversidade e a perspetiva de género no acesso e na promoção à função de ensino e investigação das pessoas com deficiência.

Após analisar as opiniões dos atores ligados às universidades e às deficiências intelectuais, eis as propostas de melhoria dos sistemas de transferência de conhecimento que emergiram:

- Promover a criação de recursos específicos destinados a reforçar os processos de transferência de conhecimento baseados em evidências no domínio da deficiência. Em Espanha, existe uma referência nacional e internacional, o Serviço de Informação sobre Deficiência (SID) da Universidade de Salamanca.
- 1. Passar do paradigma da transferência de conhecimento para o paradigma do envolvimento, no qual as pessoas com deficiência, as suas famílias, as instituições sociais, os grupos de investigação, as indústrias e os serviços, os decisores políticos, toda a sociedade, ou seja, procuram espaços para o intercâmbio e a ativação de estratégias destinadas a aumentar a relevância da investigação sobre a deficiência e a aplicação das evidências científicas no seu desenvolvimento.

Trata-se de uma iniciativa que tem como objetivo a investigação sobre a deficiência.

- 2. - Incorporar a deficiência intelectual como área temática prioritária nos planos estatais e regionais destinados a promover ações de transferência. Além disso, é necessário atribuir recursos orçamentais suficientes.

Boas práticas na transferência de conhecimentos sobre deficiência

Consideram-se boas práticas as experiências que podem ser transferidas para outros contextos. Nos contextos científicos, podemos salientar que se trata de um conjunto de ações e comportamentos individuais e organizacionais baseados nos valores fundamentais da ciência, que expressam os princípios e as responsabilidades que a integridade científica implica. Apesar da escassez de experiências de transferência de conhecimentos sobre universidades inclusivas para estudantes com deficiência intelectual, destacam-se boas práticas na Irlanda, em Portugal, na Itália e em Espanha.

- **Estratégias de aprendizagem inclusivas. A experiência do Trinity College**

Foram tomadas medidas de adaptação razoável, nas quais foi implementada uma série de políticas para facilitar a participação plena das pessoas com deficiência em todos os aspetos da vida académica. Esta boa prática está em consonância com a política nacional intitulada «Inclusive Learning and the Provision of Reasonable Accommodation for



Students with Disabilities in Irish Higher Education», acordada pela Disability Advisers Network. Além disso, trata-se de avaliações adaptadas ou, mais recentemente, do programa de currículo inclusivo, lançado em outubro de 2020 para incorporar os princípios da diversidade, da igualdade e da inclusão em todos os programas de estudo.

- **Formação de professores. Projeto Erasmus+ (TUT4IND)**

O projeto Erasmus+ de formação universitária de professores para a inclusão de pessoas com deficiência intelectual (TUT4IND) foi desenvolvido pela Universidade de Bragança, em Portugal. Esta experiência, que decorreu entre 2019 e 2022, contou com a participação de investigadores de vários países europeus que procuraram construir conhecimentos com o objetivo de (re)pensar as necessidades de formação dos professores que pretendem trabalhar com estudantes com necessidades especiais, no contexto do ensino superior.

- **Centros universitários para a inclusão de estudantes com deficiência**

A Universidade Católica do Sagrado Coração de Milão trabalha no Serviço para a inclusão de estudantes com deficiência e dislexia desde o ano letivo de 1999/2000. A experiência do Serviço de Assistência Técnica identifica e fornece as soluções tecnológicas mais adequadas para satisfazer as necessidades dos estudantes. O serviço abrange três áreas de apoio. Em primeiro lugar, realiza uma avaliação tecnológica para determinar as necessidades em matéria de tecnologias de apoio e presta aconselhamento na escolha de soluções adequadas. Em segundo lugar, o serviço fornece novas tecnologias para o acesso aos estudos e ao trabalho. Em terceiro lugar, o serviço presta assistência tecnológica presencial e à distância.

- **Institucionalização da diversidade nas universidades.**

Em Espanha, oito universidades públicas apresentam os resultados de uma investigação realizada ao longo de quatro anos por uma equipa composta por investigadores de oito universidades (Álvarez Castillo e Garcia-Cano Torrico, 2022). Trata-se do projeto InclUni, um projeto de I+D+I intitulado «Atenção à diversidade e educação inclusiva na universidade. Diagnóstico e avaliação dos indicadores de institucionalização» (ref. EDU2017-82862-R). Este projeto diagnostica as políticas e práticas universitárias em termos de diversidade em Espanha e propõe o percurso de institucionalização como um processo sistemático de âmbito global, destinado à mudança organizacional e cultural na universidade.

A universidade inclusiva é um tema novo. No entanto, surge com força contra os discursos elitistas que defendem a presença na universidade apenas daquelas pessoas que o merecem pelo seu mérito, sem outras considerações relacionadas com a responsabilidade social das instituições.

Referências

Bowen, Sarah & Graham, Ian D. (2013). Tradução integrada do conhecimento. Knowledge Translation in Health Care, 14-23. <https://doi.org/10.1002/9781118413555.CH02>

Sanders, Elisabeth & Stappers, Pieter (2008). A cocriação e os novos paisagens do design. Design: Fontes críticas e primárias. <https://doi.org/10.5040/9781474282932.0011>

Exss Cid, Katherine Elena; Spencer González, Herbert; Vega Córdova, Vanessa; Jarpa Azagra, Marcela; Álvarez-Aguado, Izaskun; Pastén Bernal, Antonella e Von Unger Martínez, M^a Ignacia. (2022). Investigación inclusiva e co-design: co-creación de un sistema de apoyo tecnológico para la discapacidad intelectual. Revista 180, (49), 95-106.



[http://dx.doi.org/10.32995/rev180.Num-49.\(2021\).art-866](http://dx.doi.org/10.32995/rev180.Num-49.(2021).art-866)

Maggiolini, S., & Molteni, P. (2013). Universidade e deficiência: Uma experiência italiana de inclusão. *Journal of Postsecondary Education and Disability*, 26(3), 249-262.

Márquez Vázquez, Carmen (2022). Situação do pessoal docente e investigador com deficiência no sistema universitário espanhol. Ed. CINCA. Coleção Inclusão e Diversidade. Madrid

Serviço de Informação sobre Deficiência, onde são transferidos a maioria dos projetos de investigação desenvolvidos sobre diversidade funcional cognitiva. <https://sid-inico.usal.es/>

Para informações mais detalhadas sobre as políticas irlandesas em matéria de universidades inclusivas para pessoas com deficiência:

<https://www.tcd.ie/disability/assets/pdf/Inclusive%20Learning%20and%20RA.pdf>

Para mais informações sobre programas de estudo inclusivos: <https://www.tcd.ie/equality/projects/inclusive-curriculum/>

Para mais informações sobre este projeto Erasmus+ (TUT4IND):

https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/23088/2/incte2020_livro_de_atas-5.pdf

Livro Branco sobre as Unidades de Cultura Científica e Inovação (2021). Fundação Espanhola para a Ciência e a Tecnologia (FECYT). Ministério da Ciência e da Inovação

Recursos online

Reúne a cobertura mediática do impacto do programa FEVIDA na universidade, como proposta para o ensino inclusivo.

<https://www.canalsur.es/rtva/la-universidad-sin-barreras-y-el-proyecto-inclusivo-fevida-en-solidarios/1406871.html>

Diploma universitário em formação para o emprego e a vida independente de pessoas com deficiência intelectual

Programa FEVIDA. Universidade Pablo de Olavide. Espanha

Inclui o projeto de investigação «Madrid sem barreiras», liderado pela UC3, no qual participam seis universidades para promover a inclusão social das pessoas com deficiência. Para tal, analisam as normas de acessibilidade em matéria de educação, emprego, mobilidade ou participação, entre outras áreas, com o objetivo de melhorar as normas existentes.

https://media.uc3m.es/video/5b3012e88f420863d08b8f39?track_id=5b4a51818f4208d5128b4567

A U4IMPACT é uma proposta de rede que promove projetos de fim de curso e de diploma que permitam desenvolver novos conhecimentos, competências e mentalidades necessárias aos jovens e às empresas para alcançar os Objetivos



de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e promover a transformação social.

<https://www.u4impact.org/>

O Centro Nacional para a Divulgação da Investigação sobre Deficiência (NCDDR) é responsável pela divulgação e transferência dos resultados da investigação e desenvolvimento patrocinados pelo NIDRR em instrumentos baseados em evidências e em revisões sistemáticas. O NCDDR está a desenvolver sistemas para aplicar padrões rigorosos de evidência na descrição, avaliação e divulgação dos resultados da investigação e desenvolvimento.

<https://www.ncddr.org>

Documentos para download

[Centro de Investigação sobre Deficiência, Universidade de La Trobe, Melbourne, Austrália](#)

Este artigo mostra como os conhecimentos podem ser transferidos e aplicados a projetos de formação para supervisores e gestores de serviços de apoio a pessoas com deficiência intelectual (Centro de Investigação sobre Deficiência, Universidade de La Trobe, Melbourne, Austrália).

[Ensino Superior para Pessoas com Deficiência Intelectual. Avaliação de uma Experiência de Formação em Espanha](#)

Este artigo mostra como os conhecimentos são aplicados a um programa híbrido para a inclusão de estudantes com deficiência intelectual nas universidades.

Objetivos de aprendizagem/atividades práticas

Temas de aprendizagem

Sensibilizar para a transferência circular de conhecimento

Para reforçar os conhecimentos adquiridos neste capítulo, propomos as seguintes atividades práticas:

Atividade 1: Refletir sobre o cenário e responder às perguntas. O investigador promove um evento académico sobre a universidade inclusiva para pessoas com deficiência intelectual.

A. Que entidades ou pessoas deveria convidar para garantir que os resultados da investigação cheguem ao seu público-alvo?

B. Quem deveriam ser os comunicadores do evento?

C. O que aconselharia para garantir que o evento se concentrasse nas pessoas e não no tema do evento?

Atividade 2: Visite as páginas de uma universidade que conheça nas redes sociais e identifique os temas e os formatos de transferência de conhecimento relacionados com as deficiências intelectuais. Enumere os temas e o seu formato e analise se o modelo de transferência é linear ou circular, justificando a resposta.



Número do projeto: 2021-1-ES01-KA220-HED-000032084



**Funded by
the European Union**

The European Commission's support does not constitute an endorsement of these contents, which reflect the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of this information.